

## GOVERNANÇA METROPOLITANA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: INICIATIVAS ISOLADAS

Edson Coutinho da Silva

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo de compreender o processo de governança metropolitana nos programas e projetos do Eixo Temático Inclusão Social (ETIS) entre os períodos de 1999 - 2009 na região do Grande ABC Paulista. Este estudo de caráter descritivo utilizou de técnicas de estudo de caso simples, onde o Grande ABC é o caso; dezenove entrevistas foram conduzidas nas secretarias e organizações da sociedade civil que atuam com inclusão social; os dados foram analisados qualitativamente, uma vez que a atenção estava nas explicações dos entrevistados da pesquisa. Foi constatado que o processo que iniciou com euforia na década de 1990 se tornou frustração na última década, pois: a competição supera a integração entre as cidades; a sociedade civil não é ativa em expor suas exigências; o pensamento local sobrepõe o regional; e as lideranças estão dispersas na região. Tais fragilidades impediram que o Grande ABC avançasse na governança metropolitana.

**Palavras-chave:** Governança; Desenvolvimento Regional; Inclusão Social.

## METROPOLITAN GOVERNANCE OF SOCIAL PUBLIC POLICIES: SINGLE INITIATIVES

**Abstract:** This paper aims to understand the metropolitan governance process in the programs and projects of the Social Inclusion between 1999 and 2009 in the Greater ABC Region, located in the São Paulo State. This research was descriptive using the single case study, whose ABC Region is the case; nineteen interviews were carried out in public offices and civil society organizations which develop social inclusion policies; dates were analysed from qualitative way, as long as focus was the speeches and arguments from the research interviewed. It was observed that the governance process that began with euphoria in 1990s became deception two decades after, because: the competition overcomes the integration between the cities of region; the civil society is not active to demand new solutions; the local thoughts prevail to region; the regional leaders are dispersed in the region. Such issues and gaps preclude that the Greater ABC Region to go ahead to metropolitan governance process.

**Keywords:** Governance; Regional Development; Social Inclusion.

## INTRODUÇÃO

O Grande ABC Paulista é reconhecido nacionalmente pela sua ação de liderança e, também, pela constituição de experiências regionais, tornando essa região objeto de atenção de organismos internacionais. Uma dessas experiências está relacionada ao objeto de estudo desta pesquisa, que é a governança metropolitana. Com a participação do setor privado e as

organizações da sociedade civil em organismos como Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e a Câmara Regional do ABC desencadeou em 2000 a elaboração de um Plano Estratégico Regional (PER) com perspectiva para 10 anos e estabeleceu 40 programas, 134 subprogramas e 298 ações estratégicas, aglutinadas em 7 Eixos Temáticos (ET). Este estudo procurou investigar o Eixo Temático Inclusão Social (ETIS) (KLINK, LEPORÉ, 2004).

Este artigo tem a finalidade de compreender o processo de governança metropolitana nos programas e projetos do ETIS entre os períodos de 1999 – 2009 na região do Grande ABC Paulista. No âmbito do ETIS, este estudo direcionou ao foco aos seguintes Grupos Temáticos (GT): pessoa com deficiência; movimento regional prioridade 1; gênero e raça; trabalho e renda; assistência social; e educação (CONSÓRCIO, 2009; KLINK, LEPORÉ, 2004). Na região do Grande ABC Paulista, a exclusão social apresenta uma espacialidade bastante concreta, a qual, embora seja bastante condicionada à situação de renda da população habitante, perpassa esta condição. Ela se manifesta através da segregação socioespacial entre as diferentes classes e grupos sociais ocorrida no âmbito da ocupação da região. Tanto na região, quanto no Brasil, estudos relacionados à exclusão social vêm concentrando-se nas dimensões da desigualdade e da pobreza em suas feições contemporâneas. Entende-se a inclusão como um processo que permita ao cidadão exercer sua cidadania plena. Portanto, a inclusão se efetiva na implementação de projetos que gerem ações diretas e participativas entre o governo e a sociedade civil. Na verdade, a troca de conhecimento gerada no atendimento entre estas duas unidades materializa as exigências da população e consequentes ações de governo. Enfim, a inclusão social é um processo contínuo de atendimento ao cidadão.

## **2 REFERENCIAL CONCEITUAL**

### **2.1 Governança metropolitana: enquanto processo de governar**

O termo governança metropolitana pode ser compreendido como o exercício pelo qual os cidadãos resolvem coletivamente os seus problemas e satisfazem as necessidades da sociedade, usando o governo como instrumento. Inclui processos com o objetivo de diagnosticar a realidade, definir prioridades, planejar a implementação as ações e, também, determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos devam ser alocados, para a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, visando o desenvolvimento regional (SOKOL, 2004). Santos Jr. (2002) define a governança como uma nova forma de

governo, uma vez que os novos padrões de governos estão centrados em três dimensões principais: o aumento da responsabilidade dos governantes municipais em relação às políticas sociais e às demandas da localidade; o reconhecimento de direitos sociais a todos os cidadãos; e a abertura de canais de diálogo para a ampla participação da sociedade.

Logo, a governança revela-se como uma “nova” forma de relação entre a figura do Estado e da sociedade civil. Brunelli e Urani (2006) delimitam a governança a partir de três capacidades: (a) de comando e direção do Estado, inclusive definindo prioridades e garantindo a continuidade ao longo do tempo; (b) de coordenação do Estado no tocante à integração dos vários setores da esfera de governo, assegurando a coerência das políticas propostas; e (c) de implementação das decisões, valendo-se da necessária mobilização dos recursos técnicos, financeiros e políticos. Inclui-se nesse último, segundo Asquino e Grostein (2010), a importância de se promover o envolvimento da sociedade civil como um todo, bem como a capacidade de administrar diversos interesses em jogo.

Assim, a governança é composta pela junção de quatro classes que determinam os diferentes modos decisórios consoantes, os tipos de agentes considerados e outras características de cidadania: elevado grau de participação cívica e representatividade pública; nível de empreendedorismo público; administração política do tipo coparticipativo e menos conflituoso; e representatividade individual que determina a participação e cidadania metropolitana no sentido de autogovernança (DALLABRIDA, BECKER, 2003; PIRES, 2008; SPINK, TEIXEIRA, CLEMENTE, 2009; WIKSTROM, 1997). Sinergicamente alinhado aos processos de governança metropolitana, os relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2010) caminham no sentido do processo de criação de entidades de gestão de áreas metropolitanas para a concretização da governança, considerando questões, tais como:

Introdução de uma “nova” legislação para reforçar as estruturas governamentais nas áreas metropolitanas à escala regional;

Adaptação de estruturas de finanças públicas regionais para promover ou reforçar “novas” estruturas institucionais e competências a diferentes níveis de administração;

Modernização das instâncias de governança local para ampliar a oferta e qualidade dos serviços na área metropolitana;

Substituição do sistema de relações de ordem vertical por mecanismos de ordem mais horizontal mediante introdução de “novas” medidas de governança pública;

Autonomia das autoridades locais na administração de políticas de desenvolvimento econômico;

Mais transparência e responsabilidade nos processos deliberativos;  
Melhoria do acesso do público em geral às fontes de informação e serviços públicos;  
Desenvolvimento de estratégias centradas na população regional, para assegurar a implementação de políticas e serviços;

Promoção da identidade, consciência e democracia local para despertar e reforçar o sentimento de pertencimento da população à região – regionalidade (GIL, KLINK, SANTOS, 2004).

Governança pode ser compreendida como um conjunto de processos ou formato de gestão, que, fundados na interação público-privada, tendem a assegurar a transparência na formulação e eficácia na implementação de políticas ou objetivos socialmente relevantes (KLINK, 2009). Por mais que a concepção de governança já invoque uma conotação de legitimidade pela transparência e pela participação, vale ressaltar que nem todo o modelo de governança no âmbito da experiência pública e metropolitana se estrutura pelas pautas da legitimidade, razão pela qual se busca identificar uma base de compreensão da governança metropolitana legítima, coerente com o paradigma da democracia (ASQUINO, GROSTEIN, 2010). A governança metropolitana é a arquitetura processual da gestão pública fundada na interação estatal-público societal e público-privada; capaz de sustentar a organização das estratégias de articulação de espaços, de atores políticos, sociais e privados, de decisões, demandas e políticas de interesse comum de uma dada região (SKELCHER, SMITH, MATHUR, 2004).

## **2.2 Governança metropolitana: enquanto coesão, articulação e integração.**

O conceito de governança concentra as atenções nos agentes envolvidos na gestão das áreas metropolitanas e preconiza novos mecanismos de articulação entre instituições e forças intergovernamentais no sentido de uma melhor coordenação do processo de gestão das áreas metropolitanas. Logo, a governança metropolitana é condicionada por um conjunto específico de fatores e condicionalismos de ordem interna e externa ao contexto tido como dos espaços regionais. Constataram-se três condições que definem a organização dos governos em áreas metropolitanas: (a) a base institucional que permita a participação pública no processo de governança; (b) um nível intermediário de poder governamental com responsabilidades ao nível das municipalidades locais; (c) e a coordenação da ação com os governantes locais, sem restringir a sua autonomia de base administrativa (KLINK, 2009; PIRES, 2008; ROVER, BIRKNER, MUSSOI, 2008).

Por que a governança é tida como uma alternativa para as regiões metropolitanas? Há de se destacar que a globalização (ou internacionalização) fez despertar, desde o final da década de 1980, uma série de situações: políticas insatisfatórias que não resolvem os problemas dos cidadãos, crescimento urbanístico desordenado, congestionamento, poluição ambiental, que acabam por prejudicar a qualidade de vida de toda uma região (SANTOS JR., 2002; SKELCHER, SMITH, MATHUR, 2004). Há três obstáculos que precisariam ser superados (ABRUCIO, SANO, SYDROW, 2010; RIBEIRO, 2010): (a) a ausência de correspondência entre territórios administrativos e funcionais, resultado da fragmentação de jurisdições administrativas; (b) a sobrecarga das capacidades fiscal e financeira dos governos locais em áreas metropolitanas; (c) e a falta de processos decisórios transparentes e sujeitos ao dever de prestação de contas ao eleitorado e aos cidadãos em geral.

Quais os princípios de uma cultura de governança metropolitana? Uma cultura voltada à governança metropolitana exige a abertura de processos de tomada de decisão a novos atores ou partes interessadas (*stakeholders*) que sentem possuir legitimidade própria sobre o seu papel e lugar na área metropolitana. Ou seja, uma população diversificada, um setor empresarial dinâmico, associações de interesses cívicos às administrações públicas intervenientes na área metropolitana (KLINK, 2009). Governança metropolitana é sinônimo de ampliação dos espaços de cidadania e participação, a partir da cooperação intermunicípios, na integração e articulação conjunta em projetos de interesse comum. Nota-se que a governança assumiu especial relevância nas duas últimas décadas, uma vez que ela comprimiu as importantes transformações que ocorreram nas formas de governo das sociedades (SPINK, TEIXEIRA, CLEMENTE, 2009).

A OCDE (2010) preconiza algumas medidas para facilitar a mudança cultural nesse campo: introdução de governos metropolitanos mais legítimos, com gestores eleitos diretamente e que prestem contas ao povo; desenvolvimento de habilidades de lideranças regionais; encorajamento de formas de participação e de transparência que envolva cidadãos mais intensamente e forneça informação qualitativa e quantitativa suficiente; e aumento de parcerias multissetoriais – entre público e privado – para um maior desenvolvimento sustentado. Em Brunelli e Urani (2006) verifica-se que a implementação de uma governança é um instrumento de fortalecimento da *regionalidade*, que, por sua vez, estimula a criação ou aprofundamento de uma identidade coletiva, fixando as populações e atraindo outras. Logo, cidades empreendedoras, ao incorporar o processo de governança, conseguem mobilizar recursos sociais, políticos e econômicos em um ordenamento institucional coerente para desenvolver e sustentar uma estratégia de desenvolvimento regional.

Para que o planejamento regional ocorra, parece fundamental que as regiões: estructurem suas relações em rede, tanto econômicas como sociais e institucionais; sejam capazes de valorizar, potencializar ou construir seu capital social; transformem-se em locais de inovação, capazes de produzir conhecimentos, a partir de suas capacidades regionais, para dar respostas às suas demandas; tenham um projeto regional comum de desenvolvimento, construindo por toda a sociedade regional; sejam capazes de se organizar, cooperar e, também, agir, não apenas para resolver os seus problemas, pois esses são resultados de um passado mal planejado, e avancem para criar, desenvolver e pôr em prática a capacidade regional de construir cenários futuros – concertação social regional; e direcionem suas ações para a construção convergente dos diferentes atores locais, em relação ao futuro desejado regionalmente (BRUNELLI, URANI, 2006; DALLABRIDA, BECKER, 2003; SKELCHER, SMITH, MATHUR, 2004).

Enfim, a governança metropolitana é a devolução das cidades aos cidadãos. Significa a integração dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, não somente para legitimar opções tomadas ou dar anuência a decisões implementadas. Os cidadãos devem intervir a partir de uma agenda política, responsabilizar-se pela coerência das políticas – habitação, acessibilidades, educação, saúde, desenvolvimento econômico, cooperação, etc; uma vez que partilham as escolhas, definem os projetos, avaliam resultados e implementam as correções necessárias.

### **3 METODOLOGIA DE PESQUISA**

O presente estudo foi caracterizado, com relação aos fins, como sendo descritivo, uma vez que se propôs a descrever o processo de governança metropolitana nos programas, nos projetos e nas políticas do ETIS na última década na região do Grande ABC Paulista. Cabe lembrar que o estudo focou os GTs: pessoa com deficiência, movimento regional criança prioridade 1, gênero e raça, trabalho e renda, assistência social e educação. Com relação aos meios, este estudo foi caracterizado como sendo um estudo de caso único, onde a região do Grande ABC é o caso, e não cada cidade isoladamente, pois se governança metropolitana remete à articulação, à coesão e integração, não seria coerente um estudo a partir da perspectiva de cada município (STAKE, 2000).

No que diz respeito ao campo de pesquisa, procurou-se compreender o objeto de pesquisa nas perspectivas das seguintes instituições – entre parênteses o número de informantes-chave que foram entrevistados em cada uma das instituições: Consórcio

Intermunicipal do Grande ABC (1); Secretarias da Educação de São Bernardo do Campo (1) e Diadema (2); Secretaria de Trabalho e Renda de São Bernardo do Campo (1) e Diadema (2); Secretaria de Assistência Social de Diadema (1); Secretarias de Pessoas com Deficiência de Santo André (1), São Bernardo do Campo (1), Mauá (1) e Ribeirão Pires (1); Fundação Criança de São Bernardo do Campo (1); Casa Abrigo de Diadema (1); Secretaria de Gênero e Raça de Santo André (2); Fundação do ABC – FABC (1); Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS (1); Universidade Federal do Grande ABC – UFABC (1) e Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM (1). No total foram 19 entrevistados com informantes-chave nas posições de gestores e/ou docentes nas instituições acima que estiveram ou, ainda, estavam desempenhando suas funções entre os períodos de 1999 – 2009.

Para o processo de análise dos dados e informações foram utilizadas técnicas de análises qualitativas, uma vez que a ênfase estava nas “falas”, nos discursos e nos documentos relacionados ao objeto de estudo, que apresentados espontaneamente pelos entrevistados. Três análises foram realizadas: temática, formal e estruturada; em seguida, o conteúdo era agrupado de acordo com os GT (Stake, 2000). Uma análise quantitativa para esta pesquisa seria inviável e incoerente com a finalidade do estudo, ademais este pesquisador estava preocupado em compreender os discursos e explicações dos entrevistados, e não com um eventual volume de dados e informações a serem coletadas.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **4.1 Pioneirismo regional do Grande ABC**

O Grande ABC Paulista foi pioneiro no movimento de articulação política desde o início da década de 1990. O discurso na região era de mudanças mediante uma “nova política” de caráter regional conduzida, inicialmente, a partir de 4 instituições: Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, Fórum da Cidadania; Câmara Regional do Grande ABC; e Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Para os entrevistados, este modelo de política regional apontava para novos e significativos elementos para a reflexão sobre a ação política regional compartilhada entre os municípios. Segundo o entrevistado do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC *“as mudanças econômicas e sociais davam indícios da necessidade de pensar e desenvolver políticas regionais que perpassassem os municípios da região”*, com o objetivo, na visão do entrevistado da Secretaria de Trabalho e Renda de São Bernardo do Campo *“de agir na esfera local através de uma unidade política*

*como forma de fortalecer a região visando sua recuperação econômica e social*". Ou seja, o desenvolvimento de ações conjuntas entre os setores públicos, privados e sociedade civil foi uma saída para contornar os problemas vivenciados pela região na época.

Esta região encontrou na ação compartilhada entre os 7 municípios (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) uma oportunidade de construir importantes projetos por intermédio de ações inovadoras para a região, em resposta inclusive à ineficiência e/ou ausência de políticas metropolitanas do governo estadual. No caso, a década de 1990 foi marcada por atores políticos e sociais buscando, segundo o entrevistado da UPM *"desenvolver ações regionais com o propósito de encontrar alternativas para os sérios problemas que atingiam a região, a partir da construção de arranjos institucionais de caráter regional"*. Entretanto, o impulso do movimento regional tenha partido em 1989 pelas lideranças políticas de Celso Daniel e Maurício Soares, os prefeitos de Santo André e São Bernardo do Campo, respectivamente, o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC é fruto desta iniciativa, que funcionaria como um poder executivo na região. Na visão do Docente da UFABC, o Consórcio *"atuaria como órgão articulador de políticas públicas integradas e multissetoriais, utilizando-se de recursos próprios das 7 municipalidades como também de outras fontes de financiamento"*.

O Fórum da Cidadania foi criado em 1995 com a finalidade de fortalecer as prefeituras locais na continuidade de articulação da política regional. Este Fórum era orientado a promover os direitos de cidadania ao apoiar as ações de desenvolvimento sustentável da região. Em seguida, com o encorajamento da participação social, surgiu em 1997 a Câmara Regional do Grande ABC, convidando o governo estadual para participar do movimento (Câmara, 2004). Este arranjo institucional aferiu que a maturidade dos atores locais na medida em que conseguiram avançar no processo de negociação de conflitos e na busca flexível e pragmática de soluções para os problemas que têm em comum. A Câmara simbolizou o embrião de um novo modelo de ação coletiva no país. De acordo com o entrevistado da USCS as ações coletivas para a construção de *"acordos voltados ao desenvolvimento regional, onde o que está em jogo na Câmara é a criação de uma esfera democrática e, também, pública e estatal, um espaço plural"*, de modo *"transparente por meio do estabelecimento de debates públicos e tomadas de decisões consensuais"*. E, finalmente, a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, que funciona como "braço" executivo para as ações econômicas da região.

Estabelecidos as 4 organizações que iriam desenvolver ações em prol da região, ao final da década de 1990, após a mobilização intensa e incessante, a Câmara consolidou um



documento que visionava o cenário futuro desejado para os próximos 10 anos na região. Este documento (PER) esboçou a ousadia dos atores regionais em romper paradigmas tradicionais de gestão de políticas públicas e empreender ações, projetos, programas e políticas que promovessem a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental na região. O PER, que foi intitulado de “O Grande ABC – cenário futuro”, continha às perspectivas para os próximos 10 anos para a região, onde se determinou 40 programas, 134 subprogramas e 298 ações estratégicas aglutinadas em 7 Eixos Temáticos (ET): educação e tecnologia; sustentabilidade das áreas de mananciais; acessibilidade e infraestrutura; diversificação e fortalecimento das cadeias produtivas; ambiente urbano de qualidade; identidade regional e estruturas institucionais e inclusão social. Em 2009, houve uma reestruturação nos ET. Atualmente, eles são denominados de Núcleos Estratégicos (NE), que são: governança; cultura, esporte; segurança pública; educação; saúde, assistência social; meio ambiente; mobilidade; infraestrutura; desenvolvimento econômico; planejamento urbano; trabalho; e turismo (CONSÓRCIO, 2010).

## **4.2 UM BREVE RELATO DOS PROJETOS CONJUNTOS DOS GT NO GRANDE ABC.**

### **4.2.1 GT: pessoa com deficiência**

Constituído por representantes de seis dos sete municípios da região – exceto Diadema –, representantes da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, Consórcio, Fundação Anne Sullivan e Jeep Club de Ribeirão Pires. Esse grupo teve um papel histórico de atuação mais antigo na região. Para o entrevistado da Secretaria de Pessoas com Deficiência de Ribeirão Pires “*os principais temas tratados nas reuniões foram inclusão, capacitação e proteção dos direitos das pessoas com deficiência*”. De acordo com os documentos fornecidos por este entrevistado, entre os assuntos prioritários do grupo estavam a criação de um mobiliário adaptado em material PVC (Polyvinyl Chloride, conhecido em português como Policloreto de Vinil) para pessoas com deficiência. Elaborado pela Universidade de Don Bosco, em Mato Grosso em 2007, o projeto teve sua tecnologia cedida para técnicos da região por intermédio de uma oficina para 40 pessoas realizada no município de Rio Grande da Serra. Ademais, foi firmado um convênio entre a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e o Instituto PVC que se comprometeram a apoiar essa ação.

Também foi considerado urgente fazer contato e trabalhar na captação de recursos para realizar o 5º Passeio do Jeep *Club* para pessoas com deficiência. A primeira edição

ocorreu em 2005, e desde então é realizada todos os anos. A proposta, segundo o entrevistado da Secretaria de Pessoas com Deficiência de Mauá “*foi incluir deficientes em atividades comunitárias de lazer, educação, ecologia, cultura e arte*”. Em 2008, o encontro, que foi fruto de uma parceria entre o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e o Jeep Club de Ribeirão Pires com patrocínio da Coop (Cooperativa de Consumo), reuniu cerca de 1 mil pessoas, entre 200 com deficiência e 130 jipeiros. Dentro de cada veículo foi um deficiente e seu acompanhante, e a trilha levou cerca de 40 minutos (CONSÓRCIO, 2009).

Outro projeto do grupo foi a realização do *Bike Nic*, passeio de bicicletas adaptadas para pessoas com deficiência no Parque Central de Santo André. Esse evento estava previsto para o ano de 2008, porém, em virtude de questões operacionais foi transferido para o ano de 2009. Nesse mesmo ano este grupo decidiu pela adesão dos municípios à Campanha de Acessibilidade do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). Na data de 21 de setembro de 2009, no Teatro Cacilda Becker, em São Bernardo do Campo, foi realizado o evento para o lançamento da Campanha “Acessibilidade Siga essa Ideia”, no Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (CONSÓRCIO, 2009).

Em 18 de outubro de 2009, foi realizado o 5º Passeio de Jeep Club para pessoas com deficiência no município de Ribeirão Pires, “*com grande participação e envolvimento de familiares e sociedade civil*”, segundo o entrevistado da Secretaria de Pessoa com Deficiência de Santo André. Representantes deste GT participaram do 3º Encontro de Capacitação sobre a “Sustentabilidade”, promovido pelo Instituto HSBC e *Brazil Foundation*, realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 2009 no Rio de Janeiro. O 1º *Bike – NIC* inclusivo da região do Grande ABC teve como objetivo favorecer a participação das pessoas com deficiência numa atividade de lazer e integração foi realizado no dia 19 de dezembro de 2009, no Parque Central de Santo André.

Na visão dos entrevistados projetos, programas e políticas de inclusão foram conduzidos na região, tais como: acessibilidade nos transportes públicos (ônibus e trem), vagas exclusivas para deficientes, ampliação de oportunidades de emprego e/ou trabalho em organizações privadas para deficientes, disponibilidade de materiais para leitura em Braille, parcerias com organizações privadas para doações de próteses, entre outros. Entretanto, estes mesmos entrevistados apontaram que essas iniciativas ocorreram mais por imposições de leis federais, estaduais e ou municipais, do que propriamente por intermédio de ações de governança metropolitana.

#### 4.2.2 GT: assistência social

Composto por representantes dos 7 municípios das secretarias de Inclusão Social de Santo André, de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Bernardo do Campo, de Assistência e Inclusão Social de São Caetano do Sul, de Assistência Social e Cidadania de Diadema, Assistência Social de Mauá, de Promoção Social de Ribeirão Pires e de Cidadania e Ação Social de Rio Grande da Serra. O principal objetivo deste GT era de fortalecer a política de assistência social na região. Na visão do entrevistado da Secretaria de Assistência Social de Diadema *“a avaliação é de que apesar da importante participação na economia do Estado de São Paulo, o Grande ABC vem enfrentando grandes problemas sociais”*, carecendo, segundo ele *“de investimentos em políticas sociais, em especial em assistência social”*. Este gestor aponta que a participação do governo estadual no custeio das políticas de assistência social na região permanece a mesma há 12 anos, nos mesmos percentuais de cofinanciamento, perfazendo menos de 1% de investimento dos valores aplicados pelos municípios da região.

Em setembro de 2009, o Consórcio Intermunicipal encaminhou à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo propostas da região para cofinanciamento das políticas de assistência social com o propósito de serem (re)analisadas e incorporadas à Lei Orçamentária Anual (LOA) da Política de Assistência Social do Governo do Estado de São Paulo para o exercício a partir de 2010. Para o entrevistado do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC que participou do processo, foram apresentadas as seguintes propostas: uma diz respeito aos Benefícios Eventuais, os valores de cofinanciamento a serem definidos a partir da Comissão Temporária, instituída pela Deliberação nº 006, de 18 de março de 2009, para a proposição de critérios para regulação dos Benefícios Eventuais, de acordo com disposto no artigo 22 da Lei nº 8742, de 1993, que foi apresentada à Plenária do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo (CONSEAS – SP). Outra está relacionada ao Apoio Técnico e Financeiro aos Serviços, aos Programas e aos Projetos de Enfrentamento da Pobreza em âmbitos local e regional. E, por fim, o cofinanciamento para implementação da Rede de Proteção Social Especial Local e Regional, Serviços de Proteção Social Básica e Pisos de Proteção do Serviço Único de Assistência Social (SUAS) (CONSÓRCIO, 2009).

Todas as propostas acima não foram aprovadas pelo governo estadual. Assim sendo, os representantes do GT realizaram a Oficina de Planejamento Estratégico em 15 de outubro de 2009 para traçar planos e prioridades ações para os próximos 10 anos, tendo em vista o fortalecimento da política de assistência social. Esse outro documento foi produzido e foi

entregue ao Secretário Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. Entre as propostas estavam o cofinanciamento para o Serviço de Acolhimento Institucional, denominado Casa-Lar para crianças e adolescentes em situação de rua, o aumento dos repasses financeiros para os Centros Municipais de Referência Especializadas de Assistência Social e a implantação de um Centro Regional para abranger os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Este plano visava dinamizar e estruturar ainda mais o atendimento social nas cidades do Grande ABC. Na perspectiva do entrevistado da USCS que atuou nos projetos do GT, *“eram propostas sólidas, viáveis e necessárias”*, e admite que *“foram poucos os projetos concebidos em conjunto no GT”*.

#### 4.2.3 GT: movimento criança prioridade 1

Formado por integrantes da Fundação Criança, Associação Comercial de Santo André (ACISA), Casa Amizade, Comunidade Inamar, Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Consórcios, Cooperativa Mútua-Ação, Fundação Casa, Fundação da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ), Instituto Estrela Dalva, Instituto Vida, Lar Sol da Esperança, LCM Consultoria, Movimento Amor e Trabalho, Polícia Militar, as sete Prefeituras, Projeto Meninos de Rua, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), e a World Childhood Foundation (WCF). O movimento surgiu em 1997, criado a partir do Movimento regional Criança Prioridade 1. Segundo o entrevistado da Fundação Criança, o objetivo era *“garantir os direitos das crianças e adolescentes, sua proteção, educação e integridade”*. Em documentos apresentados pelo entrevistado, inúmeros acordos realizados nos últimos 14 anos permitiram a realização de políticas públicas e programas que trabalham na erradicação do trabalho infantil, no repasse de renda familiar, contra abuso e exploração sexual de crianças adolescentes, na criação de medidas socioeducativas para o jovem infrator, além de outras ações como a realização de seminários e conferências.

Nota-se que a criação deste GT se deu na mesma época com o objetivo de promover ainda mais a união dos sete municípios no âmbito do Consórcio. Segundo este entrevistado, esta entidade apoiou em 2011 o Projeto Construção de Espaço e Tempo de Paz, o qual tinha como propósito capacitar gestores de ações socioeducativas. Durante o ano foram realizadas 39 oficinas nos sete municípios e preparados agentes sociais. Outra ação que contou com a parceria do Consórcio foi a realização em 2005 (CONSÓRCIO, 2009), da 1ª Conferência Regional do Grande ABC pelos Direitos das Crianças e Adolescentes, que contou com a

participação dos delegados escolhidos nas pré-conferências municipais. O objetivo foi tornar legítimo o debate sobre a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

No ano de 2009, o grupo discutiu diversas propostas. Entre elas estavam a implementação das Fundações Casa (antigas FEBEM) no Grande ABC. Outra ação foi a adesão do Consórcio ao Projeto Perfeito Amigo da Criança coordenado pela ABRINQ, para a gestão 2009 – 2012. Durante a realização do Seminário Regional de Enfrentamento ao Abuso, Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em maio de 2009, o Consórcio assinou um convênio com a WCF para o treinamento e sensibilização de 300 profissionais para atuar nos sete municípios para a elaboração de projetos sociais. Na visão do entrevistado da Fundação Criança de São Bernardo do Campo, o grupo também se *“mobilizou para organizar uma Conferência Regional sobre os direitos das crianças e adolescentes e criou um Observatório Regional que funcionasse como um banco de dados e informações sobre a situação dos jovens no Grande ABC”*.

#### 4.2.4 GT: trabalho e renda

Composto por representantes dos sete municípios, Agência e Consórcio, esse grupo, que teve grande movimentação de proposta e projetos em 2008, voltou a se reunir em 2009. No primeiro encontro ocorrido em maio de 2009, foi feita uma síntese dessas ações pelo Consórcio. Em seguida, segundo os entrevistados da Secretaria de Trabalho e Renda foi sugerido pelo grupo que seria pertinente enviar um ofício ao Ministério do Trabalho pedindo mais informações sobre o *“Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ) da construção civil, uma vez que o Consórcio não foi contemplado em 2008 e as outras instituições escolhidas ainda não começaram nenhum projeto”*. Ainda nessa primeira reunião foi discutida a questão da organização de um Observatório Regional, nesse caso o do Emprego e Trabalho. Para tal, ficou claro para o grupo que era possível usar apenas os recursos do Estado, precisando apenas de uma incorporação de informações específicas sobre a região. Também foi colocada a necessidade de se dividir os participantes para direcionar melhor os recursos. Desta forma, foram constituídos os seguintes subgrupos, de acordo com o entrevistado da Secretaria de Trabalho e Renda de São Bernardo do Campo: Observação Regional, Qualificação Profissional com Elevação de Escolaridade e Integração Regional do Sistema Público Municipal de Emprego.

No segundo encontro, o grupo de Qualificação Profissional propôs uma reformulação no atual sistema de certificação. A proposta é envolver o ensino formal e o de qualificação

profissional por meio da criação de um programa que englobasse todo o Grande ABC. Esse projeto ficou marcado para ser apresentado com a participação prioritária de representantes das escolas técnicas municipais de trabalho e renda. Dentro das ações do GT, criou-se um subgrupo para coordenar a Agência Regional do Trabalho Decente, quando foi assinado o termo de compromisso entre os municípios, governo federal e Organização Internacional do Trabalho (OIT). De acordo com os entrevistados das Secretarias de Trabalho e Renda de São Bernardo do Campo e Diadema, quatro áreas prioritárias de cooperação foram definidas pelo Memorando: geração de emprego, microfinanças e capacitação de recursos humanos, com ênfase na empregabilidade de jovens; viabilização e ampliação do sistema de seguridade social; fortalecimento do tripartismo e do diálogo social; e o combate ao trabalho infantil, à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao trabalho forçado e à discriminação no emprego e na ocupação (CONSÓRCIO, 2009).

#### 4.2.5 GT: gênero e raça

Constituído por representantes de seis das sete prefeituras (exceto Diadema), Casa Beth Lobo, Coletivo Feminista, Conselho Estadual da Condição Feminina, Consórcio, Cooperação Mútua-Ação, Defensorias Públicas, Delegacias Seccionais, Fórum da Cidadania, Guardas Civis Municipais, Instituto Fé-Mínima. Constata-se que seus principais temas de discussão eram a questão da violência contra as mulheres, igualdade de direitos entre os sexos e o preconceito e intolerância para com os homossexuais, transexuais e outros grupos étnicos e raciais. Em 2001 foi criada a Casa Abrigo Regional, um projeto de coordenação do Consórcio com o apoio de técnicos e logísticos das sete prefeituras, reunidas no âmbito do GT. Nesse espaço, na visão do entrevistado desta entidade *“são realizados serviços de acolhimento, assistência social, atendimento médico, assistência jurídica e acompanhamento psicológico”*. As vítimas também são contempladas com programas de educação e qualificação profissional.

Na perspectiva do eixo igualdade entre os sexos e do respeito aos grupos étnicos e raciais, o Consórcio realizou, em 2005, o Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça., Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego, com parceria da Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade e da OIT. Em seguida, em 2008 foi concebido o Projeto Tecendo Redes: Promoção da Cidadania das Mulheres do Grande ABC, uma iniciativa que visou capacitar gestores das sete cidades para o atendimento

às mulheres em situação de violência e em risco de morte, com a perspectiva de resultados para cinco anos (CONSÓRCIO, 2009).

Em 2009, as últimas ações do GT foram importantes para a integração regional em torno dessas problemáticas. Segundo os entrevistados da Secretaria de Gênero e Raça de Santo André, em julho se reuniram no Consórcio autoridades de segurança, defensorias públicas, sociedade civil e poder público para discussão da Lei Maria da Penha. Depois, em outubro novamente se encontraram esses segmentos para estabelecer um pacto de fortalecimento da rede regional de atendimento às mulheres, aprimorando a comunicação com as polícias e delegacias. Também foi proposta a criação da “Casa Transitória” para as vítimas de violência que operaria principalmente nos finais de semana, que é quando costuma ocorrer o maior número de casos de agressão.

Este GT desenvolveu ações em diferentes frentes para promover os direitos e a cidadania das mulheres. Entre as políticas prioritárias estão as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres na região. Pôde-se observar que a ação mais importante, com maior visibilidade pelo pioneirismo, foi a construção do programa de Casa Abrigo Regional para Mulheres em Risco de Vida em decorrência da violência doméstica. Este programa busca garantir atendimento às mulheres dos sete municípios e atua em articulação com os serviços municipais de atenção às mulheres em situação de violência. Conta com uma equipe interdisciplinar que visa não apenas proteger a vida da mulher, como também, apoiá-la articulando diferentes atendimentos – esferas psicológica, social e jurídica – e aos filhos menores, para que ela possa ter condições de constituir sua autonomia e refazer sua vida (CONSÓRCIO, 2009).

De acordo com entrevistado da Casa Abrigo de Diadema, a região conta com duas Casas Abrigos que são administradas pelo Consórcio, com aporte proporcional de verbas dos seis municípios e coordenação de uma organização não governamental (ONG) contratada para o gerenciamento das duas casas. Para a administração das duas Casas Abrigo existe um Conselho Gestor com a representação dos municípios. Existem dificuldades comuns aos municípios no encaminhamento das denúncias de violência, desde a elaboração do Boletim de Ocorrência (BO), dificuldade de realização de laudos periciais, a efetivação das medidas de proteção, o acompanhamento dos processos, entre outras relacionadas ao âmbito policial e jurídico.

No ano de 2009, o GT realizou seminários para elucidar dúvidas e subsidiar gestores, setores envolvidos e sociedade civil, para pensar algumas alternativas. O objetivo foi ampliar e fortalecer os instrumentos de enfrentamento à violência doméstica na região, com a criação

de uma rede regional e uma maior articulação com as instituições do campo jurídico. O Relatório do Consórcio apresentou uma série de atividades realizadas no ano de 2009 (CONSÓRCIO, 2009):

Em 22 de julho foi realizada a Oficina de Planejamento Estratégico do GT para o planejamento das ações de curto prazo;

No mês de maio foram enviados projetos para o Conselho Estadual da Condição Feminina e Secretaria de Políticas para as Mulheres, projetos regionais tendo em vista a integração mediante Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher;

Em 07 de julho, foi realizado um debate no Consórcio acerca do Cumprimento da Lei Maria da Penha, o encontro reuniu autoridades da segurança, defensorias públicas e sociedade civil para ampliar as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres no Grande ABC;

Em 07 de outubro foi realizado um encontro com a participação de autoridades da segurança pública e defensoria pública da região, com o objetivo de promover e fortalecer a articulação entre os diferentes setores envolvidos nas tarefas de enfrentar a violência contra as mulheres. O encontro tratou, em síntese, de algumas questões: a criação e articulação das redes municipais; a potencialização das ações e serviços; a ampliação do atendimento da defensoria pública; e a articulação com o Núcleo de Defesa da Mulher da defensoria pública do Estado de São Paulo;

Entre os dias 19 e 20 de outubro foi realizado o 1º Curso sobre Diversidade Sexual e Direitos Humanos para gestores públicos dos municípios, em parceria com a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (coordenação estadual de diversidade sexual), Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância), Prefeitura Municipal de Campinas, Prefeitura Municipal de São Paulo (Coordenadoria de Diversidade Sexual, ONG ABCDS e ONG Associação da Parada de São Paulo);

Em 26 de novembro, o grupo também realizou um painel, em parceria com a sociedade civil, sobre a assistência jurídica às mulheres em situação de violência;

O GT elaborou um guia de serviços da região como um instrumento para facilitar a articulação entre os membros e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência.

#### 4.2.6 GT: educação

Este GT é formado por representantes das secretarias de educação dos sete municípios. Resgatando a trajetória do GT, podem-se identificar alguns programas e projetos que vêm



sendo realizados desde 1997, como o Programa Regional de Alfabetização de Jovens e Adultos, o MOVA do ABC, que terminou em 2003. É possível mencionar ainda a implantação do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Nos anos de 1999 a 2009, foi possível destacar a realização do Projeto Alquimia – Programa de Qualificação e Requalificação Profissional para o Setor de Transformação de Materiais Plásticos. De 2003 a 2004, houve o PLANTEQ ABC e, neste mesmo ano, os deputados federais do Grande ABC aprovaram um projeto de lei para a criação da UFABC, o qual foi sancionado em 2005 pelo Presidente da República. Também em 2005, segundo o entrevistado da Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo *“houve uma parceria com o Ministério da Educação para a realização do Projeto Brasil Alfabetização, que rendeu mais de 5 mil alunos”*. No ano seguinte, o Consórcio realizou o Fórum Regional de Inovação Tecnológica e Inclusão Social em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (CONSÓRCIO, 2009).

No ano de 2007, os Secretários de Educação das cidades organizaram uma série e quatro debates nos quais foram tratados: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), valorização dos profissionais da educação, implantação do ensino de nove anos e o cotidiano dos profissionais da educação e qualidade do ensino médio e técnico profissionalizante. As últimas ações do GT, segundo os entrevistados de Diadema, trataram do mapeamento das demandas apresentadas pela sociedade civil por ocasião do seminário do PER e o mapeamento da oferta de elaboração do projeto do Censo Educacional do Grande ABC, para subsidiar as políticas públicas das secretarias municipais de educação.

Para os entrevistados da Secretaria de Educação de Diadema, o grupo de secretários municipais realizou ações de organização com vistas à Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2010; evento que reuniu a sociedade civil organizada e os diversos segmentos públicos e privados que compõem a educação para discutir o novo Plano Nacional de Educação (PNE). No dia 26 de setembro de 2009 ocorreu um encontro dos 42 delegados eleitos da região para a Conferência Estadual e a unificação/sistematização das propostas regionais. Com o objetivo de subsidiar as discussões e, posteriormente, elaborar as propostas a serem encaminhadas ao Conselho de Municípios, foi proposto o levantamento de informações para a análise das principais dificuldades encontradas por cada município na área da educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se, ao analisar o processo de governança metropolitana nos programas, projetos e políticas do ETIS no Grande ABC Paulista entre 1999 – 2009, é possível identificar que “pouco” foi concretizado. Diga-se “pouco”, porque a região foi uma das pioneiras no país na implementação do processo de governança metropolitana (ou regional) na década de 1990, para tanto, muito estudos foram concebidos em formas de artigos, dissertações e teses. Entretanto, poucos estudos deram a devida atenção ao desenrolar deste processo na década de 2000. Observou-se, pelos entrevistados e documentos por eles fornecidos, que o Grande ABC avançou em diversos quesitos na última década comparada à anterior. Mas, o cerne do problema ainda persiste que é encontrar uma linha de convergência entre a tênue que separa o micro do macro, isto é, o local do regional, para estabelecer prioridades. Uma missão bastante complexa, muito em virtude da ausência de diálogo entre os governantes, bem como a ausência de conhecimento dos reais problemas da região.

Embora os projetos regionais apresentados tenham se destacado nos GT, verifica-se que a intersetorialidade e a transversalidade dos projetos não estiveram presentes nos planejamentos das políticas públicas na região na última década. Quer-se destacar que não foram constituídas parcerias entre os GT, mesmo quando estes tinham questões comuns a ambos. Quando questionados se ocorriam parcerias em projetos regionais que perpassam, no mínimo, dois GT, como por exemplo, a inclusão de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, os entrevistados dos GT pessoa com deficiência e trabalho e renda argumentaram que nunca houve uma parceria que alinhasse os dois interesses. Este pesquisador efetuou as mesmas perguntas a outros profissionais de outros GT, na busca de identificar ações conjuntas entre eles em questões comuns, mas, infelizmente a situação encontrada foi a mesma. Ou seja, a região apresenta mediante Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, o desenvolvimento do processo de governança metropolitana em materiais promocionais internos e externos; contudo, os profissionais GT não seguem aquilo que eles mesmos recomendam.

Outra questão, no mínimo intrigante que este pesquisador evidenciou, é que não é dito, bem como explicado aos componentes dos ET e GT o real papel do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC acerca do funcionamento da arena de negociação. Os entrevistados relataram que muitos dos profissionais inseridos nos GT não possuem a qualificação necessária para fazer parte do grupo. Muitos destes profissionais não compreendem quais as funções do Consórcio enquanto instrumento de articulação e cooperação regional, levando para as reuniões mensais rusgas político-partidárias e interesses locais – em vez do regional – o que,

por sua vez, faz com que algumas pautas de importância regional não avancem nos debates e discussões entre os participantes, gerando assim, uma tensão e um desconforto aos participantes. Três consequências podem ser apontadas para se chegar a esta situação: uma, é devido à descontinuidade administrativa; outra devido aos interesses político-partidários dos municípios serem distintos; e a última diz respeito ao baixo interesse dos vereadores e deputados em direcionar seus olhares para a região. Tais aspectos emperram e esbarram em questões puramente eleitoreiras, uma vez que os governantes na maioria das situações dependem mais de votos municipais do que regionais. Logo, o pensar local é mais relevante politicamente.

Portanto, se um município não adotar uma medida cooperativa em prol da região, isso induzirá os demais a trilharem o mesmo caminho. Defende-se que as relações entre as sete cidades não evoluíram para superar a cultura do “jogo de soma de zero”, de modo a fazer os gestores públicos e provados a entenderem que o ganho de um município não representa necessariamente o prejuízo de outro – não é uma competição. Uma organização regional deve partir da iniciativa de todos os municípios. O PER não obteve o êxito, porque os atores sociais não perceberam que os problemas sociais não podem ser resolvidos em âmbito local, mesmo porque os problemas migram para os municípios vizinhos, devido à proximidade entre eles. Os propósitos e objetivos não são compartilhados por todos os municípios, havendo assim, um desalinhamento, ausência de coesão e integração regional que justificam a fragmentação das políticas públicas no Grande ABC. Os embates econômicos, políticos e sociais decorrem das “ vaidades ” municipais presentes na região, principalmente entre Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Ter uma estatística mais favorável que outro, produz resultados relevantes ao município.

Governança metropolitana requer solidariedade entre os municípios, uma vez que sem ela não será possível o cidadão resolver coletivamente os seus problemas e satisfazerem as necessidades da sociedade mediante uso de instrumentos do governo. Se na década de 1990 a governança gerou euforia entre aqueles que acreditavam na região, na década de 2000 gerou frustração, pois os governantes passaram a mirar suas atenções às políticas públicas municipais usando os governos estadual e federal (dependendo das afinidades político-partidárias) como apoio. Os entrevistados são de opinião que a ideia de construção coletiva de planejamento regional simbolizou um embrião de governança metropolitana, porém, não conseguiu avançar em virtude da ausência de respaldo institucional, visto que não conseguiu assegurar e garantir compromissos e os recursos financeiros necessários para viabilizar a

implementação de acordos regionais mais sólidos e duradouros. O sentimento de regionalidade não conseguiu ser institucionalizado pelos gestores.

Pelas poucas iniciativas regionais isoladas apresentadas no ETIS, fica difícil idealizar a governança metropolitana no Grande ABC, uma vez que ela carece de integração dos municípios e participação ativa dos atores regionais de forma mais engajada e propositiva. Enfim, o Grande ABC antes inspiração hoje é decepção. O modelo de governança metropolitana no Grande ABC deixou algumas lições que precisam ser assimiladas e refletidas às regiões que desejam implementar este instrumento teórico e prático de gestão, que podem ser resumidas em poucas palavras: competição não produz integração; sem sociedade civil ativa não há reivindicações; sem *regionalidade*, prevalece a localidade; e sem lideranças é impossível o pensar regional.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L.; SANO, H.; SYDROW, C. T. Radiografia do Associativismo Territorial Brasileiro: Tendências, Desafios e Impacto sobre as Regiões Metropolitanas. In: KLINK, J. (Org.) **Governança das Metrôpoles: Conceitos, Experiências e Perspectivas**. São Paulo: Annablume, 2010.
- ASQUINO, M. S.; GROSTEIN, M. D. Governança Metropolitana e Infraestrutura em São Paulo: O Desafio de Conciliar Interesses Regionais e Impacto Local. **Pós**, v. 17, n. 28, p. 18-34, 2010.
- BRUNELLI, A.; URANI, A. Novas Governanças para a Região Metropolitana de São Paulo. **Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (IETS)**, versão preliminar, maio, 2006.
- CÂMARA REGIONAL DO GRANDE ABC. **O Caminho do Desenvolvimento Sustentado**. Santo André, 2004.
- CONSÓRCIO (Consórcio Intermunicipal do Grande ABC). **Relatório de Atividades**. 2009.
- CONSÓRCIO (Consórcio Intermunicipal do Grande ABC). **20 Anos Planejando e Executando Ações Regionais**. 2010.
- DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial: Um Primeiro Passo na Construção de uma Proposta Teórico-Methodológica. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 2, p. 73-97, 2003.
- GIL, A. C.; KLINK, J. J.; SANTOS, R. E. Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade. **I Seminário Internacional: o desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas**. UNESP, Rio Claro, 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo 2010**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/cidadesat](http://www.ibge.gov.br/cidadesat)> Acesso em: 02 fev. 2013.

KLINK, J.; LEPORÉ, W. C. Regionalismo e Reestruturação no Grande ABC Paulista: uma Perspectiva Brasileira de Governança Metropolitana. **I Seminário Internacional: o Desenvolvimento Local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas**, UNESP, Rio Claro, 2004.

KLINK, J. Novas Governanças para as Áreas Metropolitanas: O Panorama Internacional e as Perspectivas para o Caso Brasileiro. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 415-433, 2009.

OCDE (Organiza o para a Coopera o e Desenvolvimento Econômico). **Governance, Taxation and Accountability**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/27/13/31857685.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2010.

PIRES, B. F. **A Governança em Espaços Metropolitanos: O Caso da Grande  rea Metropolitana do Porto**. Disserta o (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto – Portugal, 2008.

RIBEIRO, L. C. Q. Os Desafios da Reforma Urbana nas Metr poles Brasileiras. In: KLINK, J. (Org.). **Governança das Metr poles: Conceitos, Experiências e Perspectivas**. São Paulo: Annablume, 2010.

ROVER, O. J.; BIRKNER, W. M. K.; MUSSOI, E. M. Gestão do Desenvolvimento Local/Regional: Descentraliza o, Governança e Redes de Poder. **Revista Grifos**, São Paulo, v. 24, p. 75-91, 2008.

SANTOS JR., O. A. Democracia, Desigualdades e Governança Local: Dilemas da Reforma Municipal no Brasil. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 8, p. 87-103, 2002.

SKELCHER, C.; SMITH, M.; MATHUR, N. The Public Governance of Collaborative Spaces: Discourse, Design and Democracy. Institute of Local Government Studies, In: **ESRC Seminar on Public Accountability in the New Institutional Environment University of the West of England**. The University of Birmingham: UK, 23 November, 2004.

SOKOL, M. City-Regional Governance: On Conceptual Issues. In: **City Futures: An International Conference on Globalism and Urban Change**, Chicago, 2004.

SPINK, P. K., TEIXEIRA, M. A. C.; CLEMENTE, R. Governança, Governo ou Gestão: O Caminho das A oes Metropolitanas. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 11, n. 22, 453-476, 2009.

STAKE, R. E. Cases Studies. In: DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. (Org.). **Handbook of Qualitative Research**. London: Sage, 2000.

WIKSTROM, N. Metropolitan Government and Governance. A Research Agenda for the Mid 1990s. **Virginia Social Science Journal**, Virginia, v. 32, p. 49-66, 1997.